Folha Nº 55
Processo Nº 391.000062/2015
Rubrica

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao décimo terceiro dia do mês de maio de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, no SEPN Quadra 511, bloco C, Ed. Bittar – 4ª andar – Sede SEMA, Brasília, DF, Brasil, ocorreu a 16ª reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF. A reunião foi aberta em segunda convocação, obedecendo a seguinte pauta: **Item 1:** Leitura e assinatura da Ata da 14ª Reunião Ordinária; **Item 2:** Apresentação do conteúdo e desdobramento da Proposta de Mecanismo de Agência de Bacia e Cobrança de Água na Bacia no Parnaíba. Fizeram-se presentes o representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, o Subsecretário de Água e Clima, senhor SÉRGIO AUGUSTO DE MENDONÇA RIBEIRO - primeiro suplente, secretário executivo, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): FRANKLIN DE PAULA JÚNIOR (SEMA); ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH); ERNANI ESPÍRITO SANTO (SEAGRI); MÔNICA NUNES (SINESP); ANGÉLICA BORGES CAIRES FREITAS (SDES); ADAUTO MELO DE CARVALHO (SETUR); POLLIANA CARVALHO BARROS NASCIMENTO (SSP); LUCIANA RESENDE RAMOS (SECTI); LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (IBRAM); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB); JOÃO HENRIQUE DE OLIVEIRA VILELA (CEB); JORGE ENOCH FURQUIM WERNEK LIMA (EMBRAPA); FRANCISCO ALVES RIBEIRO (SRDF); ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO (FIBRA); ANA PAULA DIAS MACHADO DE CASTRO PESSOA (FIBRA); TEREZINHA LIMA (ÚNICA); ELISA COUTINHO DE LIMA SALDANHA (CBH/MA); CONCEIÇÃO DE MARIA ALBUQUERQUE ALVES (ABRH); LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU (ABES); MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO (ABES); REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (FÓRUM DAS ONGs). Participaram como convidados: Vandete Inês Maldaner (IBRAM); Irene Custódia M. Mesquita (SEMA); Rosatilde S. Carvalho de Lima (CASA CIVIL); Mateus Donnis Vinchon Guimarães (CASA CIVIL); Fábio Bakker Isaias (CAESB); Vitor Guimarães Marques (ADASA); Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência. O secretário executivo abriu a reunião cumprimentando a todos e lembrando que é necessário o debate por parte desse conselho para que o DF consolide uma opinião, considerando o que vem sendo discutido e trabalhado nos Comitês de Bacias do DF. Ressaltou que convidou representantes da Casa Civil para esta reunião, tendo em vista que, as decisões sobre cobrança de água, envolvem outros Estados, podendo necessitar a interferência da Casa Civil para articulações entre os entes da Federação envolvidos nessa questão. Em seguida, o presidente da reunião lembrou a importância da aproximação da agenda azul (água) com a agenda verde (meio ambiente). Em vista disso, a SEMA realizará, no dia 21 de maio, uma reunião entre os três comitês de Bacias do DF e o grupo de trabalho "Recupera Cerrado". O presidente da reunião informou que foi enviado à ADASA um documento solicitando que esta consolidasse um parecer sobre as questões de competência da ADASA, listadas na Resolução n° 02/2014 deste conselho, apontando o nível de comprometimento destas em virtude do contingenciamento que os órgãos do GDF vêm sofrendo. O conselheiro Montenegro da ABES/DF pediu que as reuniões desse conselho fossem convocadas para 08h30min em primeira convocação e 09h00 em segunda convocação. O que foi aprovado por todos. Na ocasião informou que protocolou um documento na SEMA/DF, endereçado ao Secretário de Meio Ambiente, André Lima, informando que algumas instituições ainda não formalizaram indicações de seus representantes no GT Enquadramento. O presidente da reunião propôs uma

reunião extraordinária para o dia 10 de junho, com a seguinte pauta: 1- Apresentação do Professor Paulo Salles, da SECTI e do Sr. Vinícius Benevides, presidente da ADASA, sobre as discussões ocorridas no Fórum Mundial da Água/Coréia, 2- Apresentação do Maurício Canovas, da SINESP, sobre a possibilidade deste conselho (CRH) ser o órgão de controle social nas questões de saneamento básico no Distrito Federal. A proposição foi aprovada por todos. O presidente da reunião informou que está em fase de finalização o mandato do IBRAM, como representante do CRH no Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, assim, propôs a este conselho a candidatura da SEMA para ocupar esta vaga, o que foi aprovado por todos. Sobre **o item 1** da pauta, foi informado que a aprovação da Ata da 14ª reunião ordinária foi adiada para a próxima reunião. Sobre **o item 2** da pauta, o conselheiro Jorge Enoch iniciou a apresentação trazendo o panorama das discussões no âmbito dos Comitês de Bacias do DF. Destacou os dois principais usuários de água no DF, os reservatórios do Descoberto e de Santa Maria que juntos somam, aproximadamente, 80% da água de abastecimento do DF. Informou que o Comitê do Paranoá já tem um Termo de Referência – TR pronto para a elaboração do plano. O TR foi elaborado em parceria com o WWF-Brasil e a AMBEV e, está sendo negociado com a ADASA uma parceria para implementação do TR. Outro desafio é compatibilizar o plano de bacia do Paranoá com o plano do Paranaíba e o PGIRH. O processo do enquadramento está mais avançado e o plano de cobrança e aplicação de recursos está sendo orientado pelo que vem sendo discutido no âmbito do Comitê da bacia do Paranaíba, no que cabe. A pauta do momento é sugerir mecanismos de cobrança e faixa de valores, sobre os quais a ADASA e CAESB já estão trabalhando. Informou que já é consenso entre os comitês de bacia do DF que será apenas uma agência para o DF. Entre os fundamentos legais está estabelecido que a unidade de gestão é a bacia hidrográfica, contudo, a Lei não estabelece a escala. A Lei determina que a gestão de recursos hídricos deve ser descentralizada e participativa. Sobre a gestão integrada há divergência entre os rios federais e distritais. A apresentação expôs um panorama geral de todos os pontos que estão sendo debatidos pelos comitês de bacias do DF. Finalizou advertindo que o processo de cobrança deve ser pensado globalmente e a ação deve ser local. A seguir procedeu-se a apresentação do conselheiro Rafael, da ADASA, sobre mecanismos de cobrança. O Comitê do Paranaíba envolve quatro Estados: o Mato Grosso, que ainda está trabalhando os critérios de outorga. Goiás está trabalhando a legislação. Minas Gerais está com os trabalhos bem avançados e faltava o Distrito Federal apresentar o nível de trabalho e organização aplicados aqui. Em dado momento o Comitê convidou os quatro Estados a mostrarem como eles estavam praticando a gestão dos recursos hídricos nos seus Estados. A ADASA apresentou um relatório envolvendo os índices de pluviosidade, os tipos de controle praticados nas bacias e sub bacias do DF, as águas subterrâneas, com suas respectivas disponibilidades e as formas como são monitoradas, na qualidade e quantidade, a outorga, regulação e fiscalização. Falou dos projetos que a ADASA possui, lembrando que, se for implementada a cobrança, estes projetos podem receber investimentos provenientes da cobrança. Os comitês estão avançando nos planos. O enquadramento já apresentou um resultado muito bom com a publicação da Resolução n° 02/2014, tendo o Conselheiro Montenegro à frente. A ADASA já emitiu mais de 20.000 outorgas envolvendo todas as modalidades. Sobre cobrança está sendo organizado o que já existe para apresentar uma proposta. Sobre tecnologia da informação também já está sendo trabalhado na ADASA e falta avançar nas discussões do fundo. Em seguida, prosseguiu-se com a apresentação da CAESB, ministrada pelo Fábio Bakker, tendo como foco principal os mecanismos de cobrança. Informou que a maioria das informações aqui apresentadas foram consolidadas das discussões desenvolvidas no âmbito da Câmara Técnica do Paranaíba.

Folha Nº 56
Processo Nº 391300006212015
Rubrica 267911

no GT de Agência e Cobrança. O Distrito Federal representa 3% do Território do Paranaíba, mas paga mais de 50% do valor que se prevê arrecadar nessa Bacia. 5% do total de usuários de água desta Bacia pagam 85% da cobrança. Isto norteou todo o trabalho da CAESB nessa proposta. A proposta prevê o mecanismo, o valor para cobrança e a forma de aplicação. Concluída a apresentação, o Senhor Fábio informou que na próxima reunião do GT Paranaíba, prevista para junho corrente, esta proposta será melhor trabalhada e receberá as considerações do GT. A previsão é que até o final de 2015, podendo ser prorrogado para meados ou final de 2016, o GT tenha concluído os estudos e apresentará uma proposta final para mecanismo de cobrança e forma de aplicação dos recursos. O presidente da reunião lembrou que estes temas são importantes para o DF, e devem ser discutidos no âmbito deste conselho, lembrando que já existe o desejo de criar uma Câmara Técnica ou GT para afunilar as questões de mecanismos de cobrança. A conselheira Raquel Brostel lembrou que no Comitê já existe esta discussão, e dada à escassez de pessoal, a ideia seria de disponibilizar um ou dois conselheiros para acompanhar as discussões em nível de comitê e depois trazer para a Câmara Técnica trabalhar. A proposta da conselheira foi rebatida com a sugestão de que melhor seria trazer os conselheiros dos Comitês para compor a Câmara Técnica do CRH. A subsecretária de Planejamento e Monitoramento Ambiental da SEMA, Maria Sílvia Rossi, manifestou que a discussão de cobrança é das mais estratégicas que o Distrito Federal tem no momento, visto que este é um tema de grande importância, assim, sugere que seja incorporado pela Câmara Técnica do CRH. É preciso divergir cobrança de subsidio de agência. A engenharia de financiamento envolve cobrança, porém, não é só isso. A Agência Nacional de Águas – ANA quer se desonerar do financiamento dos Comitês de Bacias nacionais, e o DF tem que estar atento a isto mas, pautando seus próprios interesses. Concorda que cobrança tem que entrar na fórmula, mas adverte que a discussão de divisão do setor/usuário tem que ser aberta e clara para que se pactue a construção técnico e política que permitirá a governança no Território. Ainda há tempo para a SEMA/DF, através da CTPA/CRH, enfrentar a discussão da cobrança. A subsecretária se dispôs a ajudar a CTPA nessa questão, sugerindo que trabalhe proativamente com a ANA e o MMA, no sentido de disciplinar em nível nacional, a exemplo do que foi feito no enquadramento. Salientou que não tem ninguém confortável com cobrança no Território nacional. A alternativa é reunir com os Estados e suas SEMAs e CRHs estaduais e pautar essa discussão de forma mais clara e objetiva. Concluiu advertindo que da forma como vem sendo tratada a questão a CAESB pode ser estrangulada e no futuro terá que repassar a conta para o consumidor. O presidente da reunião concluiu que todas as falas convergem no sentido de que o tema da Cobrança seja discutido e aprofundado no âmbito da câmara técnica permanente de assessoramento (CTPA) do CRH/DF o que irá embasar os esforços já existentes. Submeteu a questão à votação, o que foi aprovado por unanimidade.

Lembrou que a questão de agência será debatida na 15ª reunião ordinária, que acontecerá no dia 24 de junho, o que foi aprovado por todos. Não havendo mais considerações, o Presidente encerrou a reunião. A presente Ata será lida, aprovada e assinada pelos conselheiros presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

SÉRGIO AUGUSTO DE M. RIBEIRO
SEMA

FRANKLIN DE PAULA JÚNIOR
SEMA

Folha Nº 57
Processo Nº 390000062/2015
Rubrica 2679711

ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE
SEGETH

ERNANI ESPÍRITO SANTO
SEAGRI

MÔNICA NUNES
SINESP

ANGÉLICA BORGES CAIRES FREITAS
SDES

ADAUTO MELO DE CARVALHO
SETUR

FRANCISCO ALVES RIBEIRO
SRDF

LUCIANA REZENDE RAMOS
SECTI

LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS
IBRAM

RAFAEL MACHADO MELLO
ADASA

RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
CAESB

JOSÉ HENRIQUE D. OLIVEIRA VILELA
CEB

JOSÉ ENOCH FURQUIM W. LIMA
EMBRAPA

POLLIANA CARVALHO BARROS NASCIMENTO
SSP

ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO
FIBRA

ANA PAULA DIAS DE CASTRO MACHADO PESSOA
FIBRA

MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO
ABES/DF

ELISA COUTINHO D. LIMA SALDANHA
CBH/MA

CONCEIÇÃO DE MARIA ALBUQUERQUE ALVES
ABRH

LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU
ABES

TEREZINHA LIMA
ÚNICA/DF

Folha Nº 58
Processo Nº 391300006212015
Rubrica

REGINA STELLA QUINTAS
FITTIPALDI
FÓRUM DAS ONGs

Folha Nº 59
Processo Nº 391000062/2015
Rubrica